

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 991.843 - MT (2016/0256184-6)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : OI MÓVEL S.A
ADVOGADO : MICHAEL GOMES CRUZ E OUTRO(S) - MT018237
AGRAVADO : BRASTELL TELECOMUNICACOES LTDA - ME
AGRAVADO : MESSIAS NEVES DOS SANTOS
AGRAVADO : FLAVIO TEODORO SIQUEIRA
ADVOGADOS : ROBERTO ZAMPIERI - MT004094
ALMAR BUSNELLO E OUTRO(S) - MT012213

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base neste(s) fundamento(s): ausência de obscuridade/contradição/omissão/erro, Súmula 7/STJ (em relação à legitimidade ativa do recorrido), Súmula 7/STJ (sobre o ônus da prova) e Súmula 7/STJ (quanto ao ônus sucumbencial).

Entretanto, a parte agravante não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade do(s) seguinte(s) óbices: ausência de obscuridade/contradição/omissão/erro.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, §4º e 1.026, §2º do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de março de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Ministra

